

# Caxias e o combate de Santa Luzia

Cmt. de Fragata L. DE OLIVEIRA BELLO

A vida política da Nação durante os nove anos da Regência foi perturbada por sucessivas desordens, motins, sedições e até revoluções, vencidas pelos esforços das forças armadas, com dignidade e clemência.

Mas a revolução sul-riograndense ou dos Farrapos, iniciada em 1835, atravez de derrotas e vitórias, continuava tenazmente a zombar desses esforços e prosseguia impressionando os povos irriquietos das Províncias do Norte, que tambem procuravam, agitados por espiritos insensatos e por uma imprensa desabrida e malevolente, seguir o seu exemplo, creando com os seus pruridos separatistas sérias dificuldades ao Governo Central.

Todavia, estas dificuldades poderiam ser evitadas ou solucionadas, si os partidos políticos se norteassem com mais senso e patriotismo e definidos por atitudes firmes, que fortalecessem aquele Governo, lhe habilitassem com os necessários meios materiais e a concessão de medidas apropriadas, indispensaveis para êle poder agir com segurança.

Infelizmente não compreendiam isto os partidos políticos que, desde a Abdicação, viviam se degladiando em tórno dos ministérios, em esteril oratória e viperina literatura, para conseguirem a hegemonia do poder e nele se conservarem, não tanto para atender aos elevados interesses da Nação, mas de preferênciam para satisfazerem as suas vaidades e os seus interesses políticos ou particulares. E neste afan derrubavam governos, manchavam reputações e estiolavam suas energias numa tal inconstancia de ideias e incoerências de atitudes que, em 1840, os mais avançados políticos, já fatigados das dissidências, futricas e hipocrisias, considerando impotente cada partido para vencer o outro, resolveram apelar para a panacéa política, porém não constitucional, da antecipada maioria do Imperador.

Julgavam, talvez de boa fé, que tal medida seria capaz de congregar em torno do Soberano, então governando com infantil autonomia, todos os cidadãos responsáveis, de boa vontade e patriotismo, que quizessem trabalhar em prol dos verdadeiros interesses da Nação.

E em meio de confusas discussões no Parlamento e na imprensa, e agitações entre o povo, a voz vibrante e a ação catalítica de Antonio Carlos lograram eletrizar o espírito dos "maio-política nacional, "salvasse o trono e a nação entrando logo no de S. Cristovam afim de entregar ao jovem Soberano uma menestras", que destacaram uma deputação para se dirigir ao Paçosagem em que lhe pediam, em face da gravidade da situação exercício de suas altas atribuições". D. Pedro, após rápida consulta ao Regente Araujo Lima, então presente, ao fim de alguns minutos respondia à deputação que "queria já" assumi-las. E assim, aos quinze anos incompletos, começava ele a governar o Império que seu Pai fundara e não soubera consolidar.

Os dois partidos políticos vinham dissidentes desde a Independência com insanáveis divergências. O Conservador, no qual ainda figuravam alguns lusos de dúbio patriotismo, desejava para a Nação o regimen monárquico-constitucional-parlamentar sob o figurino inglês, isto é, o soberano reinando mas não governando.

O Liberal, composto quasi que exclusivamente de brasileiros, ultra-nacional e com antigas tendências republicanas, aceitava o Império, não como uma forma definitiva de governo, porém sim como uma transição para a República a ser proclamada em época oportuna e, por isso, procurava aproveitar todas as vantagens que o regimen vigente pudesse lhe fornecer. Sempre com essa diferença de princípios políticos e se hostilizando, chegaram à Maioridade que, apesar de ter sido aceita por ambos, não conseguiu harmonizá-los.

O primeiro Ministério da Maioridade, liberal e tão exotica-mente organizado, querendo preparar uma situação especial que permitisse a permanência do seu partido no poder, recorreu a medidas enérgicas, cuja execução trouxe abusos, injustiças e até violências. Estas chocaram a opinião pública e magoaram aos políticos inclusive alguns dos seus partidários, entre os quais três ministros que, em pouco tempo, se demitiram. Aberta, tão cedo, nova crise política tão somente em torno de interesses de partidos, foi o Ministério, ao fim de oito meses de atribulado exercício, substituído por outro de feição conservadora e composto de homens mais circunspectos, ponderados e, no momento,

julgados capazes de poder governar e administrar a Nação com mais serenidade, competência e confiança geral.

O novo Governo, estando em desacordo com as coercitivas medidas postas em execução pelo seu antecessor, resolveu desfazer vários atos delas decorrentes, procurando assim cicatrizar as feridas feitas em muitos políticos, cujo apoio e esforços precisava pleitear para poder restabelecer em todo o País uma situação pacífica, de Ordem, respeito ao Soberano, às leis e às autoridades, e acalmar os espíritos ainda desconfiados da ação governamental.

Para isso fez aprovar pelo Parlamento duas leis, que lhe pareceram indispensáveis e capazes, com cuja apropriada execução esperava realizar aqueles objetivos. Antes que essa tivesse início os políticos liberais, preestabelecendo que tais leis perturbariam os seus interesses partidários e, em virtude das próximas eleições gerais, permitissem ao Governo formar no Parlamento uma grande maioria conservadora, resolveram impedir a execução da lei de 23 de Novembro de 1841, que restabelecia o Conselho de Estado, autônomo e vitalício, e a de 6 de Dezembro do mesmo ano, que reformava a organização judiciária do Processo Criminal de 1832, embora ambas houvessem sido aprovadas com os seus votos. E, com tal desembaraço, começaram a agir na Côrte e, em seguida, nas Províncias, que os seus correligionários paulistas e mineiros, julgando-se alvejados pelo Governo, se conluiaram e resolveram impedir, por todos os meios, aquela execução em suas Providências.

Mais arrogantes que os mineiros, os paulistas enviaram ao Imperador uma deputação portadora de um manifesto vasado em termos inamistosos e contendo expressões ameaçadoras ao Soberano e ao regimen e no qual lhe solicitavam a suspensão das assustadoras leis e a substituição do ministério. O Imperador não recebeu a deputação, desdenhou as ameaças e recusou-se a atender aos seus desvairados signatários, que se magoaram com tão elevada atitude. Os mineiros com eles se solidarizaram e em seguida resolveram ambos tentar obter simultaneamente pelas armas o que lhes fôra dignamente recusado pelo bom senso do Soberano. E a 17 de maio de 1842 liberais paulistas se rebelavam enquanto que os seus correligionários mineiros, sómente a 10 de Junho, os imitavam, aclamando um presidente para a sua Província, que imediatamente lançou uma confusa proclamação aos seus correligionários.

A Revolução de S. Paulo não deve constituir um padrão de glória para os seus autores nem um reflexo de louvores para o seu povo; é preferível considerá-la uma triste aventura, como

a estigmatizou, em acre expressão, o padre Feijó. O seu fracasso estava traçado, desde o início, por falta de fundamento lógico e patriótico e de eficiente organização. Só um homem nela se salvou com dignidade; foi esse padre, honrado, enérgico e clarividente, paradoxalmente se tornado rebelde depois de haver sufocado, como homem de Governo e com pulso de ferro, motins e sedições. Melodias da política partidária desvairaram o valetudinário e digno patriota.

A Revolução de Minas, com as mesmas causas e idêntica origem, teve um desenvolvimento diverso, mais agitado, ativo e expressivo que a conduziu a várias ações belicosas e combates, onde sofreu derrotas e conseguiu vitórias, revelando, através de hesitações, dissidências, defecções e dissimulações dos seus numerosos chefes, o ardor, a bravura e o consciente esforço dos que combateram.

Ela também estava destinada a fracassar, tantas e tão graves foram as suas falhas, dificuldades e omissões, acrescentadas da falta de um verdadeiro Chefe, enérgico, firme, experimentado, conhecedor da arte de lutar e gosando de geral prestígio. Sómente à inferioridade numérica dos imperiais em armas na Província e sua fraca qualidade profissional devem ser atribuídos os êxitos parciais que logrou obter antes da entrada do grande Caxias no teatro das operações. Nela sobram políticos, aderentes, chefes, chefetes e o conhecimento dos terrenos onde agiam os insurrectos, porém lhes faltaram eficiência, organização, coesão pessoal, capacidade de ação, sintonia de idéias, prática de lutar, hábito de mandar e obedecer e, por fim, um adequado plano de operações. Portanto, seria uma questão de tempo e oportunidade a vitória final da Legalidade sob a habil direção de Caxias ou a de outro Chefe também experimentado e bravo.

Com tudo isto, ela pode ser recorrida, não como um fato notável da História Nacional porque não devemos fugir da verdade, mas um vibrante brado de protesto de um grupo de homens honrados que, talvez sem perceber, num momento de confusão, procuravam se bater pelos interesses dos ardilosos políticos que as conduziram, supondo que estavam defendendo os altos interesses da Nação.

A memória dos mineiros que combateram nessa revolução morrendo, vencendo ou sendo derrotados, devemos elevar o ó nosso patriótico pensamento, pois tão sómente eles devem merecer os nossos louvores e as nossas homenagens e não os que timidamente hesitaram, manhosamente tergiversaram, abandonaram a luta sem combater e depois, com bills, censu-

raram os correligionários que procuraram manter os seus companheiros e, com perfídia, os adversários que os venceram.

Se a Revolução de S. Paulo só destacou a nobre figura de Feijó, a de Minas, além do punhado de bravos que lutou e ensopou com seu precioso sangue o solo provinciano, forneceu mais um florão para a glória de Caxias, já Grande desde a Revolução Maranhense, que venceu com o seu superior espírito de pacifista entre irmão e guerreiro invencível entre inimigos.

Se os revolucionários mineiros desde o início tivessem procurado compreendê-lo, atendido às suas ofertas de anistia e dele se aproximado com sinceridade e em missão de paz, certamente teriam evitado a inesperada derrota que sofreram em Santa Luzia. Pouco lhes adiantaram as clandestinas informações que secretamente illustre dama de Ouro Preto lhes enviou acêrca do efetivo das tropas de Caxias, do seu plano de combate e do dia em que elas os deviam atacar em Sabará. A despeito da apreciável superioridade numérica dos insurrectos e das vantagens das posições terrestres que ocupavam, este experimentado general, já acostumado a vencer sonhadores, amotinados e revolucionários, num oportuno movimento estratégico de recuo para melhorar a posição de suas forças e ligá-las à coluna de apóio que, ainda forçadamente marchava ao seu encontro, soube habilmente iludir o adversário que, não compreendendo a sua retirada, já antegosava os louros de uma hipotética vitória, e depois lhe inflingir rápida e decisiva derrota, que o acabou destroçando e por fim vencendo a revolução.

E assim a Caxias, que jamais sentira "o travo de uma derrota" coube ainda a ventura, sem grande derrame de sangue e abomináveis maldades, de chamar ao remanso da paz os montanhezes mineiras que, como mansas ovelhas conduzidas por insofridos pastores, haviam incautamente desgarrado de seu aprisco. A ele, portanto, os louros da vitória, mesmo sem retumbância, as hozanas da paz, e os écos da justa e digna glória que lhe coube.

Pressinto que não é êste o modo de sentir geral dos mineiros acêrca das razões e do verdadeiro objetivo da revolução encabeçada e mal dirigida pelo Coronel Feliciano Pinto Coelho contra o Governo e não contra o Soberano, conforme política e enfaticamente declarou em seus inflamados manifestos.

Em 1842, apesar dos sucessivos erros que os políticos dos partidos nacionais vinham cometendo, realmente não perigavam nem a situação política geral da Nação, nem a pessoa e

a autoridade do Soberano. Portanto não se justificava uma revolução tão sómente partidária e personalista, que ousava exigir a substituição de um Ministério, procedente de um partido que também havia apoiado a Maioridade, por homens de outro partido, com idênticas credenciais, que precedentemente governara e não soubera ou pudera se conservar no poder.

Onde pois se escondia o sincero patriotismo dos paulistas e mineiros quando os seus Chefes revolucionários arditosamente diziam que poupavam "a pessoa e a autoridade" do Soberano a quem muito respeitavam e até amavam, fazendo crer que estava ameaçado de sequestro político, mas lhe exigiam a demissão do Ministério por ele escolhido e que vinha governando com a sua confiança? Como assim se compreender sinceramente as suas intenções e apropriadas palavras?

Quem à luz dos escassos documentos que tratam da revolução de 1842, iniciada em São Paulo e prosseguida em Minas, estuda com retrospectão, serenidade e sem paixão regionalista ou partidária, os seus imediatos antecedentes, ineficaz desenvolvimento e pouco expressivos efeitos e consequências, há de reconhecer que ela, como em geral todas as revoluções políticas, foi uma luta pela conquista do poder conduzida pelo despeito e interesses de homens, cujo partido o havia perdido tão cedo e tão facilmente.

O Ministério em exercício para se garantir no poder e nele permanecer estava apenas empregando apropriadas medidas, que com o mesmo fim, haviam feito os liberais, que por inhabilidade fracassaram, mas isto não constituia nenhum periclitante agravo à Nação. Eram apenas contingências da política personalista e da sintonizada visão patriótica de ambos os partidos. Iludidos com o verdadeiro objetivo de tal revolução, os mineiros ainda de um modo geral, de boa fé, acreditando na sinceridade dos insurgentes e, muito particularmente, na biliosa e incompleta História escrita pelo Cônego Marinho, encrespado político e revolucionário, cujos serviços foram aproveitados em platônicas missões, porém não em sangrentos combates vem ainda conservando, através de um século, certa máguia contra Caxias que em Santa Luzia, único combate que dirigiu, venceu clemente e definitivamente os insurgentes.

E esta injustificável máguia, com o decorrer do tempo, tomou o deselegante aspecto de um recalque, do qual até os bons historiadores mineiros de todo ainda não se libertaram. Mas isso, pondo de lado o "regionalismo", talvez encontre a sua razão de ser no fato de não haver nenhum deles procurado estudar tecnicamente as condições reais em que se realizou o

referido combate. Se já o houvessem feito, provavelmente teriam constatado que no arraial de Santa Luzia nunca as forças de Caxias estiveram derrotadas sequer um único momento, nem tampouco fugiram em desabalada debandada. O oportuno recuo estratégico, aconselhado pelos princípios militares empregados em todas as guerras e lutas e realizado por este habil General, não foi compreendido pelo Cônego Marinho e seus companheiros de revolução ou, se o foi, transformaram tendenciosamente o seu sentido para derramarem o seu despeito contra o magnânimo vencedor.

Foi durante a dificultosa marcha das forças de Caxias, de Ouro Preto para Sabará, que ocorreram dois importantes fatos, que criaram para elas uma inesperada e séria situação, sem que o soubessem. A coluna rebelde do Capitão M. J. de Lemos venceu a reduzida força legalista do arraial de Santa Barbara e, em seguida, avançou e foi se reunir ao efetivo revolucionário em Santa Luzia, aumentando-o com cerca de setecentos homens. Mas, ao defrontar este arraial, Caxias, que isso ignorava, foi colhido por mais grave surpresa quando percebeu, pela disposição das forças adversárias, que o seu plano de combate já lhes era conhecido e então bem compreendeu a razão porque elas precipitaram o prélio para o dia 20, quando ele o havia fixado para a madrugada seguinte.

Ora, nenhum general experimentado e digno da sua missão, em tais circunstâncias, com forças indiscutivelmente inferiores em efetivo e desconhecedoras da natureza e situação do terreno em que deviam combater, se precipitaria numa luta imediata. Se o adversário, por felonía de uma ilustre dama, havia procurado executar o plano de Caxias ou interceptar suas forças pelos caminhos, entre Santa Luzia e Sabará, o que cumpria a este General fazer, em tão precária situação era exatamente evitar o combate, recuando se necessário, não só para proceder a um novo exame de situação, aproximar-se da coluna do apoio que marchava forçadamente no seu encalço, como também para estabelecer um novo plano de combate. Mas, talvez, tão inteligente, imperativa e oportuna medida, de caráter exclusivamente técnica, houvesse escapado ao espírito de militares bisinhos, civís armados e rebeldes que estavam sob o comando de inexperientes e indecisos chefes revolucionários.

E tanto argumento com realidades e não com preestabelecidas hipóteses ou forçadas conclusões generosas que eles, já se supondo no caminho de uma vitória, que ardentemente almejavam, apesar de atirarem contra os retirantes, não soube-

ram se aproveitar das circunstâncias que lhes eram favoráveis para impedir a junção das duas forças legalistas. E' que lhes faltava um verdadeiro Chefe militar, capaz de compreender a verdadeira situação das forças de Caxias e possuir a audácia de enfrentá-lo diretamente.

Realizada, sem nenhum obstáculo do adversário, a junção das duas forças legalistas, Caxias, num inopinado gesto de audácia e valor, investe em direta e aguerrida carga contra as forças rebeldes e, em poucas horas, as derrota, vence e debanda, encaminhando assim, pela sucessiva entrega do adversário, o fim da sonhada revolução. Foi este o prêmio da veleidade do bravo Galvão em supor que poderia vencer o destemido Caxias.

Ora, em face deste sintético estudo do combate de Santa Luzia, porquanto "este alinhavo" não comporta o estratégico e o tático em seus detalhes, direi que se claudica com a verdade afirmando que as forças de Caxias estiveram "em estado de coma" no arraial de Santa Luzia, quando fugiram em escandalosa debandada. E nada havia de extraordinário, nem de glorioso, que os rebeldes timidamente houvessem castigado a retaguarda dos retirantes com seus tiros porque isto é um fato normal em todos os combates, maxime quando eles estavam de posse dos caminhos e atalhos e até entrincheirados em alguns. Censuravel seria que o não fizessem.

Não importa que um militar sincero, admirador de Caxias, em um de seus valiosos livros, tenha dito que, em Santa Luzia, "tremeira a espada de Caxias", nem tampouco que o azougado Cônego Marinho, na sua imperfeita e parcial História da Revolução, escrevesse que o Coronel Lima e Silva "colara o ouvido ao solo e ouvira o rodar das carretas de artilharia". São ênfases de escritores cheios de imaginação e é lamentavel que, apesar de irreais, por sucessivas transmissões, elas acabem sendo acreditadas.

Em resumo, em Santa Luzia, ao meu ver, a espada de Caxias jamais tremeu em suas mãos firmes, o Coronel Lima e Silva nunca se baixou em tão ridícula postura, pois marchava já sabendo qual seria a sua missão no próximo combate, e o recuo foi estratégico, imperativo e oportuno para permitir a ligação com a coluna de apóio que marchava distante na retaguarda; finalmente, a concentração das forças e o preparo de novo plano de combate foram, como Caxias habilmente já previa, para estabelecer confusão nas linhas adversárias, onde já se prelibava uma imaginária vitória. E tudo isto, em tal momento, só mesmo um Caxias obraria tão rapidamente para que



a inopinada investida de suas forças contra aquelas as surpreendesse e mais facilmente derrotasse em poucas horas. E foi exatamente o que logrou realizar.

Devemos aceitar, com serenidade e sem malevolência, a verdade real dos fatos e serenamente nos curvar a ela, em vez de persistirmos obstinados num equívoco tendenciosamente perpretado por um escritor, revolucionário, displicente dos assuntos técnico-militares e eivado de despeito pela derrota, e que vem sendo frequentemente repetido. Devemos também não esquecer que pouco mais tarde Teófilo Otoni, a única figura expressiva da Revolução, e o Coronel Feliciano Pinto, seu malogrado chefe, que até aceitou um baronato, passaram a apoiar a mesma tergiversa política do Imperador, astuciosamente dosada entre os dois partidos, Conservador e Liberal, que continuaram a conduzir a Nação, o Império e o Soberano, com mais política do que patriotismo, até o advento da República.

Todavia, quer me parecer que as elevadas homenagens que os mineiros de hoje, por intermédio do seu digno Governo, e seu altivo povo tributaram a Caxias, em Agosto de 1942, no mesmo arraial de Santa Luzia, exatamente um século depois do memorável combate, devem ser encaradas como um expressivo reconhecimento à sua acertada ação e ao seu inegável valor e também como um justo repouso ao labéu de fugitivo que historiadores apressados e parciais têm lançado ao seu respeitável nome.

L. DE OLIVEIRA BELLO.